

Excerto do Diário da ALRAA n.º 32, de 12 de julho de 2013

Presidente: Passamos então para o ponto 16, **Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão da Anteproposta de Lei n.º 7/X – “Aumento da retribuição mínima mensal garantida”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Tem a palavra a Sra. Deputada Graça Silva para justificar a urgência.

(*) **Deputada Graça Silva (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente:

A urgência deste diploma advém do facto do salário mínimo nacional estar congelado desde o ano 2011, portanto, advém do seu baixo valor e também do facto de não ter sido cumprido pelo Governo da República o acordo que foi efetuado, quer com as confederações sindicais, quer com as confederações patronais e também pelo facto, como já referi, do salário mínimo ser muito baixo e de haver cada vez mais trabalhadores pobres em Portugal.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições.

Não havendo, então podemos passar à votação do pedido de urgência.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O pedido de urgência e dispensa de exame em comissão foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Aprovada a urgência, dou então a palavra à Sra. Deputada Graça Silva para a apresentação do diploma.

Deputada Graça Silva (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente do Governo:

O salário mínimo nacional, ou retribuição mínima mensal garantida como é agora designado, foi uma conquista dos trabalhadores portugueses, consagrada logo após o 25 de abril de 1974, sendo por isso visto como uma das conquistas da liberdade, democracia e dignidade dos trabalhadores.

Aquando da sua implementação, o salário mínimo nacional constituiu uma significativa melhoria das condições de vida dos trabalhadores que por ele foram abrangidos.

Acontece que, ao longo dos 39 anos de vigência, o salário mínimo foi perdendo valor, quer por via do aumento do custo de vida e da não atualização de acordo com a inflação anual, quer por via da excessiva austeridade imposta pelo governo da República, com o conseqüente prejuízo para os trabalhadores. O atual salário mínimo vale menos do que o salário mínimo criado em 1974. Muitos dos trabalhadores que auferem o salário mínimo, em Portugal, só sobrevivem graças à ajuda de familiares.

Atualmente, o valor do salário mínimo nacional é de 485 € por mês e está isento de IRS mas, após um desconto de 11% para a Segurança Social, no caso dos trabalhadores do sector privado, e de 12,5%, no caso dos trabalhadores do sector público, o valor líquido que os trabalhadores levam para casa, não vai além dos 431,65€ e 424,37€, respetivamente.

Com o aumento do custo de vida, a manutenção deste valor baixo gerou um crescimento exponencial do número de trabalhadores pobres em Portugal.

Segundo dados recentes do Gabinete de Estratégia e Estudos do Ministério da Economia e Emprego são mais de seiscentas mil pessoas que, em Portugal, auferem o salário mínimo nacional. Em 2007 eram pouco mais que trezentas mil. O que comprova a realidade de baixos salários predominante no nosso país, causa de enormes desigualdades sociais que não cessam de aumentar. Um em cada dez trabalhadores vive abaixo do limiar da pobreza.

Vejamos, em 2010, o limiar da pobreza foi definido nos 434€. Se considerarmos este valor isto significa que um trabalhador que recebe o salário mínimo nacional vive com rendimentos abaixo do limiar da pobreza.

Uma situação em que o exercício de uma profissão e o acesso ao emprego não permite escapar à pobreza não é admissível na Europa do século XXI.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Muito bem!

A Oradora: A pobreza viola a dignidade da pessoa humana e impede o exercício da liberdade. Num tempo em que se acentuam as desigualdades, o salário mínimo é um garante basilar de combate à pobreza, de exercício da cidadania, de coesão social e de proteção dos trabalhadores.

Em 2006, o Governo português e as confederações sindicais e patronais acordaram em sede de concertação social que, em 2011, o salário mínimo chegaria aos 500€ Todavia, aos primeiros sinais de crise, esse acordo foi violado e o salário mínimo ficou congelado desde então. Este incumprimento tem sido mantido, num contexto em que o seu valor está longe do que é preconizado na Carta Social Europeia, subscrita pelo Estado português, que estabelece que o salário mínimo líquido deve ser 60% do salário médio. Se essa fosse a referência a cumprir, o salário mínimo ultrapassaria, em muito, os 500 euros. Se a referência fosse a inflação e a atualização tivesse acompanhado a inflação, o valor da remuneração mínima teria atingido em 2013 os 533€

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente:

Aumentar o salário mínimo é uma necessidade para a dinamização do mercado interno devastado pela crise e para a recuperação económica do país. Tendo um impacto direto na economia, visto que esse aumento de rendimento vai ser utilizado em bens e serviços que criam emprego.

É uma medida economicamente sensata. O seu aumento terá impacto na remuneração de centenas de milhares de trabalhadores, tendo por isso um impacto muito importante na situação social do país. É um fator decisivo para uma justa distribuição da riqueza criada, é igualmente um elemento decisivo para a recuperação económica e para a dinamização da procura interna, porque canaliza a circulação de dinheiro para a população com maior probabilidade de gastar.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente:

Aumentar o salário mínimo é, por isso, uma questão de respeito que simultaneamente considera a economia, a justiça, os direitos humanos e a democracia.

Como diz o texto do Concílio Vaticano II, o Apostolado dos Leigos: “satisfaçam-se antes de mais as exigências da justiça, nem se ofereça como dom da caridade aquilo que já é devido a título de justiça; suprimam-se as causas dos males, e não apenas os seus efeitos”.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Muito bem!

A Oradora: O aumento do salário mínimo é isso mesmo: uma questão elementar de justiça. É uma exigência do combate à pobreza, para salvaguardar as pessoas que se veem privadas de exercer a sua plena cidadania e dignidade!

Disse.

Deputada Benilde Oliveira e Deputado José Ávila (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e do Vice-Presidente do Governo)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado António Marinho tem a palavra.

(*) **Deputado António Marinho (PSD):** Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente:

Devo dizer que da parte do PSD/Açores existe a identificação com muitos dos argumentos que foram apresentados pela Sra. Deputada Graça Silva agora na sua intervenção. Obviamente que consideramos, aliás, como ainda o dissemos creio que há 2 dias (a esta hora da noite já não consigo precisar se foi bem há 2 dias, creio que foi na quarta feira passada), quando aqui discutimos uma iniciativa do Bloco de Esquerda, afirmámos que éramos obviamente (claramente) sensíveis e favoráveis a um aumento do rendimento por parte das classes de rendimento mais reduzido, como são aquelas que são remuneradas pela remuneração mínima mensal garantida e que disso temos vindo a dar nota, designadamente junto das organizações sindicais, quando com elas temos mantido encontros.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

O Orador: Portanto, disso não temos dúvidas. É esse o nosso propósito, é esse o nosso interesse, mas temos que atender à questão da oportunidade.

Aquilo que este momento nos diz (e diz-nos, vou falar – peço-lhe desculpa – exclusivamente sobre a Região, mas seria extensivo também ao resto do país, mas concretamente na Região, esta é a Assembleia da Região Autónoma dos Açores), aquilo que

sabemos, é que as empresas e a situação económica que se vive hoje em dia é, como sabemos, extremamente difícil.

As empresas estão a passar por um momento de grandes dificuldades e aquilo que verdadeiramente se coloca em relação às empresas, a grande questão que se coloca em relação às empresas, é a necessidade de não serem pressionadas nos seus custos para se poderem sustentar. A sustentabilidade das empresas passa em grande medida pela economia de custos, pela capacidade de conter custos, para que consigam passar por uma situação de enormes dificuldades por que estão a viver hoje em dia.

Há muitas empresas, há milhares de empresas, que tentam apenas sobreviver, muitas delas em situação de manifesto desespero e por isso aumentar os custos (e relativamente à questão que estão a falar) das empresas com o fator trabalho seria, em relação a essas mesmas empresa, dar um tiro, diria que eventualmente letal, na sua capacidade de sustentação, que é uma capacidade aliás muito estreita, uma capacidade muito curta que existe nestes tempos difíceis que estamos a viver e que as empresas, obviamente, não fogem à situação vivida por nós todos.

Ora isso significaria pressionar os custos das empresas e pressionar os custos com o fator trabalho. Em relação às empresas significaria que estas mesmas empresas tentariam compensar o aumento de custos, decorrente no caso concreto desta iniciativa do aumento do salário mínimo nacional, – aquelas que o conseguissem – com a diminuição dos seus efetivos e em alguns casos (eventualmente a larguíssima maioria dessas empresas, designadamente em setores que são aqueles setores que mais têm contribuído para o aumento do desemprego nos anos mais recentes) pura e simplesmente haveria uma grande tendência para o encerramento de muitas e muitas empresas, como tem acontecido tanto ao longo dos últimos anos e dos meses mais recentes, que tem conduzido ao número extraordinariamente preocupante que temos de desempregados hoje em dia e que atinge, como todos sabemos, em termos dos números oficiais, os 20 mil desempregados na Região Autónoma dos Açores.

A tendência, portanto, a ser aprovada esta iniciativa, no entender no PSD/Açores, seria a colocação na situação de desemprego de mais açorianos. Abria a tendência para que mais açorianos

engrossassem a fileira do desemprego e se juntassem aos 20 mil que neste momento já vivem uma situação tão difícil na Região Autónoma dos Açores o que, obviamente, julgo ser uma questão que preocupa o PSD/Açores, naturalmente, mas preocupa todos os partidos representados nesta câmara.

O PSD/Açores não quer isso. O PSD/Açores recusa-se a alimentar o desemprego nos Açores. Pretendia e pretende, como deu conta aos sindicatos, melhorar as condições remuneratórias, as condições de rendimento dos açorianos, designadamente aqueles que estão numa situação mais debilitada e que estão com rendimentos mais baixos, designadamente aqueles que vencem ao nível do salário mínimo nacional, no caso concreto da Região acrescido do acréscimo que todos conhecemos. Mas o momento, no entender do PSD/Açores, não é este. Esperemos que algo se altere e que seja possível, no mais curto espaço de tempo, tornar possível uma medida deste género que seguramente vai ser extremamente proveitosa para os açorianos que estão inseridos nestas classes de rendimento.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: Se esperamos que o seja rapidamente, também somos realistas e entendemos que este não é, obviamente, o momento. Este é o momento em que isso seria desastroso para as empresas e que dos 20 mil açorianos provavelmente, num curto espaço de tempo, teríamos uma fileira de desemprego substancialmente mais forte e substancialmente mais preocupante e por isso, em coerência com o que fizemos (em total coerência com o que fizemos) em outubro de 2011 e em abril de 2013, com duas iniciativas apresentadas pelo PCP, em coerência com o que fizemos há cerca de 3 semanas quando surgiu para parecer desta Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores uma Anteproposta de Lei à qual demos parecer, em coerência com o que fizemos quarta-feira passada em função do duplo objetivo que existia na iniciativa, no projeto de resolução do Bloco de Esquerda, em que uma das componentes era esta, era neste domínio,...

Deputada Zuraida Soares (BE): Não era esta!

O Orador: Não! Não era esta! Não estou a dizer que era esta,...

Deputada Zuraida Soares (BE): Ah!

O Orador: ...estou a dizer que tinha os mesmos efeitos nas empresas.

...em que havia uma outra com a qual concordávamos, que seguia a nossa linha de pensamento relativamente ao complemento regional de pensão e que só por esse motivo levou a uma abstenção, digamos assim, como uma média do contra da componente da remuneração mínima mensal garantida, com o a favor discutível ao nível da dimensão relativamente ao complemento regional de pensão, ou seja, em coerência total com o que fizemos ao longo de 4 situações ocorridas nesta Assembleia desde abril de 2011, não vamos votar favoravelmente a iniciativa aqui apresentada pelo Partido Socialista e votaremos contra.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente:

Às 11 e meia da noite o Bloco de Esquerda não vai (eu não vou) rir e ter aqui a discussão que tivemos há 2 dias onde penso que ficaram bem claras as divergências, aquilo que nos distingue, digamos assim, e aquilo que nos diferencia.

Agora há uma coisa que eu tenho que rir e está relativamente à discussão e às apreciações que eu própria fiz aqui há 2 dias.

Este documento, esta Anteproposta de Lei da iniciativa do Partido Socialista que propõe o aumento do salário mínimo nacional, quando aqui na Região se recusa a aumentar o complemento regional ao salário mínimo nacional, vai ser votada favoravelmente...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Não é isso. Não há complemento regional!

A Oradora: Lá vem o Sr. Vice-Presidente com a semiótica! O senhor anda com uma obsessão relativamente... É acréscimo!

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): As coisas são como são!

A Oradora: Oh, meu Deus! É acréscimo.

Isto que aqui está, Sras. e Srs. Deputados, é um monumento à hipocrisia política, ao cinismo político, à incoerência política do Partido Socialista dos Açores.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

A Oradora: Não tenho a mínima dúvida em afirmá-lo.

Agora, a vida dos trabalhadores e das trabalhadoras açorianas e já agora a vida dos trabalhadores e das trabalhadoras do continente e da Madeira merecem o total respeito.

Portanto, o Bloco de Esquerda votará a favor deste monumento de hipocrisia.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente:

Ora muito bem.

Quero começar esta intervenção por saudar o PSD, a coerência do PSD, relativamente a esta matéria. De facto, o PSD considera que manter os portugueses e os açorianos na pobreza é que é bom para o desenvolvimento do país. É a opção do PSD, de qualquer forma foi uma posição coerente relativamente a esta matéria.

Deputado António Marinho (PSD): E é a sua conclusão às 11 e meia da noite!

O Orador: O mesmo não posso dizer do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, porque de facto recusam, têm vindo a recusar, sistematicamente o aumento ao acréscimo ao salário mínimo nacional e têm-no vindo a fazer justificando com isto que hoje apresentam aqui, que é com a necessidade de aumentar o salário mínimo nacional.

Pois muito bem! Sem querer repetir aquilo que foi a argumentação desta semana e que aqui foi referida pela Deputada Zuraída Soares, não posso deixar de dizer o seguinte: é bom que nos lembremos que quem rompeu o acordo da concertação social foi José Sócrates.

Mais! Que em janeiro de 2011 até pediu na Assembleia da República uma ponderação até maio desse ano para rever as questões relacionadas com o compromisso que tinha sido assumido na Assembleia da República. Mas a verdade é que acabou por ser rompido o acordo e posteriormente não reprovou, mas não aprovou, as iniciativas do Bloco de Esquerda e do Partido Comunista Português que em janeiro deste ano foram apresentadas na Assembleia da República. Dizia o Deputado do

Partido Socialista, o Deputado Nuno Sá, que esta matéria, isto é, o aumento (para justificar uma abstenção,...

Deputada Zuraida Soares (BE): Violenta!

O Orador: ...que eventualmente terá sido violentíssima)...

Deputada Zuraida Soares (BE): Violentíssima!

O Orador: Dizia então o Deputado Nuno Sá, no plenário da Assembleia da República que, e cito: “Esta matéria deve ser discutida com seriedade e serenidade no espaço próprio que é o da concertação social.”

Deputada Zuraida Soares (BE): Onde é que eu já ouvi isso? Eu já ouvi isso várias vezes!

O Orador: Já? Eu também já ouvi várias vezes.

Isto foi a posição do Partido Socialista, pela voz do Deputado Nuno Sá, na Assembleia da República, possivelmente esquecendo-se do facto de que o seu próprio partido tinha rasgado um compromisso assumido em sede de concertação social, que previa um aumento gradual do salário mínimo nacional e que se isso tivesse acontecido possivelmente o PCP não teria dado entrada num diploma que propunha o acréscimo regional ao salário mínimo nacional para repor exatamente...

Deputada Zuraida Soares (BE): Disse bem! O Sr. Vice-Presidente fica nervoso!

O Orador: ...aquilo que tinha sido concertado.

Pois bem, esta tem sido a justificação do PS e o PS hoje vem dar corpo a esta falácia, Sra. Deputada Graça Silva, a esta falácia!

Deputado Berto Messias (PS): Não me diga que vai votar a favor de uma falácia?!

Deputada Zuraida Soares (BE): Vamos! Estão trabalhadores! Estão pessoas! Nem que fosse só uma!

O Orador: E além de ser uma falácia é de facto um monumental exercício de cinismo e hipocrisia política. É efetivamente!

É, por quê?

Porque o Partido Socialista, aliás basta ouvir as declarações do seu líder nacional, António José Seguro, a primeira coisa que fez face a esta crise política que está a atravessar o país (não sei se é crise, se o que é, também já não sei muito bem como é que hei de adjetivar aquela coisa) foi descansar a Troika,...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Muito bem!

O Orador: ...que os compromissos eram para ser compromissos. Pois, é que nos compromissos está lá que este salário não é para aumentar. Este salário não é para aumentar! O Partido Socialista dos Açores sabe isso muito bem. O Partido Socialista dos Açores, Sra. Deputada Graça Silva, sabe isso muito bem, por isso é que isto é uma falácia, porque isto é enganar as açorianas e os açorianos e não foi por acaso que o seu Grupo Parlamentar a pôs naquela tribuna. Não foi por acaso! Foi a Sra. Deputada e não foi outro Deputado.

Agora parece-me é que as trabalhadoras e os trabalhadores açorianos já não vão bem atrás da sua palavra, porque a senhora sentou-se do lado errado.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Isso é ciúme!

Deputado Berto Messias (PS): Mas que ciumeira é essa! Que revanchismo é esse?

O Orador: Diga? Está muito à direita, não é verdade?

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Não me diga que o Sr. Deputado Rogério Veiros está à sua esquerda!

O Orador: Está à minha direita. O senhor não está também à minha direita? Qual é o seu problema?

De facto, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista serve-se da Deputada Graça Silva, dirigente sindical do movimento sindical unitário na Região, para vir aqui justificar o injustificável. Ou melhor, para defender esta monstruosidade, este exercício de hipocrisia e cinismo político. Porque Vs. Exas. sabem muito bem...

Eu gostava de saber se algum dos Deputados do Grupo Parlamentar do Partido Socialista e o Sr. Vice-Presidente têm alguma garantia de que o Partido Socialista votará esta Anteproposta de Lei?

Deputado José San-Bento (PS): Até Passos Coelho é que é contra!

O Orador: Têm alguma certeza?

Tenho as minhas dúvidas, porque estou convencido que o CDS-PP até votará, pelo menos é o que consta por aí.

Agora o Partido Socialista na República?!

Deputada Zuraída Soares (BE): Abstêm-se!

O Orador: Tenho as minhas dúvidas! Deve ser mais uma daquelas abstenções violentas do Tó Zé, do António José Seguro, peço desculpa. Nós conhecemo-nos há muito e foi apenas aqui um pequeno...

Deputado José San-Bento (PS): Estiveram juntos na tropa!

O Orador: Exatamente. Lá para os lados de Penamacor.

Deputado José San-Bento (PS): Boa terra!

O Orador: Ah pois é!

Portanto, será com certeza uma daquelas (não sei se será com a cadeira, ou com qualquer coisa) abstenções violentas.

Vs. Exas. não brinquem com a vida das pessoas.

Deputado José San-Bento (PS): Mas quem é que está a brincar?

O Orador: Aumentem o acréscimo regional ao salário mínimo nacional. Aumentem-no! Ajudem com isso não só os trabalhadores, mas ajudem as empresas, porque esta medida, ao contrário do que diz o PSD, é para ajudar a economia, é para ajudar os cidadãos, é para ajudar o povo açoriano e é para ajudar as empresas sim senhor. Tenham essa coragem e não transponham responsabilidades que são nossas para um órgão que nós sabemos que está muito distante de nós, que até nem nos compreende e nós é que temos essa obrigação. Tenham essa coragem e a Sra. Deputada Graça Silva tenha cuidado com as intervenções que faz e com os papéis que faz nesta Assembleia.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Graça Silva tem a palavra.

(*) **Deputada Graça Silva (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente:

Em relação à posição do PSD, pois a mim não me admira nada, até porque o PSD na República acaba de aprovar um diploma que reduz em 2,5 os salários dos trabalhadores da administração pública, por isso não me admira que tome esta posição aqui.

Deputado Luís Garcia (PSD): Mas olhe que a sua posição às vezes admira-me, Sra. Deputada!

A Oradora: Em relação à Sra. Deputada Zuraída Soares e ao Sr. Deputado Aníbal Pires dizer que aqui não há nenhuma

incoerência, até porque o Partido Socialista, quer em campanha eleitoral, quer o seu Governo, tem defendido sempre o aumento do salário mínimo nacional...

Deputado Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Pois!

A Oradora: ...e também o Partido Socialista na República.

Dizer ao Sr. Deputado Aníbal Pires que o senhor esqueceu-se, quando citou o Deputado Nuno Sá,...

Deputado Nuno Melo Alves (CDS-PP): E o Eng.º Sócrates?

A Oradora: ...de acrescentar que ele tinha dito que foi o Partido Socialista que permitiu o histórico aumento do salário mínimo nacional em mais de 20%,...

Deputado Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

A Oradora: ...de 385 € para 485 €. É esta a verdade!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não tem vergonha de referir isso?

Deputado Berto Messias (PS): O senhor é que devia ter vergonha de não ter referido isso!

A Oradora: Outra coisa Sr. Deputado Aníbal Pires. Quando o senhor diz não brinquem com as pessoas nem com os trabalhadores e as trabalhadoras açorianas, dizer, Sr. Deputado, que o Partido Socialista para fazer esta proposta reuniu com as confederações sindicais na Região...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Muito bem!

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem lembrado!

A Oradora: ...e foram as próprias confederações sindicais que deram a sua concordância a esta proposta do Partido Socialista, inclusive a CGTP disse, em duas reuniões que teve connosco, que retiraria a sua proposta de aumento do acréscimo de salário mínimo nacional caso o salário mínimo nacional fosse aumentado.

Deputado José Ávila (PS): Boa!

A Oradora: Só lembrar mais uma questão.

Em relação à proposta do Partido Comunista Português nesta Assembleia de aumentar o acréscimo de 5% para 7,5%, dizer que o salário mínimo na Região iria situar-se, caso tivesse sido aprovada, em 521,75 €

A proposta do Bloco de Esquerda poria o salário mínimo na Região, com o acréscimo, em 519,25 €

A proposta do Partido Socialista põe o salário mínimo na Região em 525 €

Deputada Zuraida Soares (BE): Quanto, Sra. Deputada?

Quando houver um aumento a nível nacional! Seja séria!

A Oradora: Se tiver um aumento mínimo para os 500 €

Se tiver um aumento mínimo para os 500 € ficará nos 525 €

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Muito bem!

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem! Que nervosismo é esse da esquerda?

Deputada Zuraida Soares (BE): Nervosismo? Seja séria! Tem que dizer que os trabalhadores nos Açores vão ter que esperar pelos aumentos na República!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente:

A esquerda está agitada,...

Deputada Zuraida Soares (BE): A direita está calma!

O Orador: A direita está calma, calma como sempre!

Deputada Zuraida Soares (BE): Isso no nosso país é bom!

O Orador: Calma e serena! O povo é sereno!

...mas deixe-me dizer-lhe o seguinte.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): A monarquia já é direita?

O Orador: Deixe lá a monarquia.

Em relação a esta questão a Sra. Deputada Zuraida Soares chamou a esta iniciativa do Partido Socialista um monumento à hipocrisia. Foi e eu concordo consigo.

Deputado Berto Messias (PS): Mas vai votar a favor!

O Orador: Concordo consigo, porque considero que de facto esta proposta foi distribuída quando a sua proposta estava a ser discutida. Portanto, tratou-se de uma manobra para de alguma forma apequenar a proposta que o Bloco de Esquerda colocou em discussão neste Parlamento. É preciso que isso se lembre. É de

facto uma daquelas manobras, do ponto de vista parlamentar, que demonstra a forma completamente artificial e cínica, citando também o Sr. Deputado Aníbal Pires, como o Grupo Parlamentar do Partido Socialista abordou esta questão. É indesmentível!

É indesmentível que esta iniciativa do Partido Socialista nasce da necessidade do Partido Socialista, de alguma forma, tentar diminuir, fragilizar a proposta do Bloco de Esquerda, ...

Deputado Aníbal Pires (PCP): E as iniciativas passadas e futuras!

O Orador: ...porque não queria aprovar a proposta do Bloco de Esquerda e então o que é que decidiu fazer?

Decidiu fazer uma coisa que não pode fazer. Aqui poderia decidir e isso tinha efeitos concretos. O que é que decidiu fazer?

“Vamos mandar isto para a República.”

Deputado Ricardo Cabral (PS): E acha bem ou mal?

O Orador: Portanto, apresenta a proposta e a partir daí um conjunto de argumentos que ...

Deputada Zuraida Soares (BE): A República chumba e aqui ninguém tem culpa!

O Orador: A República chumba, vamos ver!

Em relação a esta questão o Partido Socialista deixou cair os argumentos que desenvolveu. Vamos ver o seguinte.

Deputado Berto Messias (PS): O PPM vai influenciar a posição na Assembleia da República!

O Orador: Oh, Sr. Deputado, não sei se o PPM vai influenciar ou não vai influenciar, agora digo-lhe uma coisa: se há alguém que não influencia a política portuguesa é o seu secretário-geral, digo-lhe já. Isso tenho a certeza absoluta que o José Seguro não influencia coisíssima nenhuma. Aliás, não só não influencia a política portuguesa, como tenho a convicção que também não influencia o próprio Partido Socialista.

Deputada Zuraida Soares (BE): Mas é mal influenciado!

O Orador: Mas devo dizer-lhe em relação a esta questão o seguinte. Dizia aqui o Sr. Deputado Francisco César – e não vou obviamente classificar ou adjetivar a intervenção do Sr. Deputado Francisco César, porque ele não está aqui, é evidente, nunca o faço – ...

Devo dizer que um dos argumentos que o Sr. Deputado Francisco César avançou foi o seguinte: é que as nossas empresas estão muito fragilizadas, dizia o Sr. Deputado Francisco César. “Estão muito fragilizadas. Isto não se faz.” Disse mesmo: “Isto é uma vergonha que se apresente uma proposta destas, porque até em comparação com as empresas nacionais,...

Deputado José Ávila (PS): Mas diga o resto!

O Orador: ...as empresas regionais ficam muito prejudicadas.”

Eu pergunto: mas Portugal vive no regime mercantilista?

Nós vivemos no regime mercantilista?

Então e as empresas nacionais em comparação com as empresas europeias? E as empresas europeias em comparação com as empresas chinesas?

Portugal vive num mercantilismo completamente isolado da economia internacional.

O que vejo é que o argumento que foi aduzido pelo Partido Socialista, em relação à diminuição da produtividade das empresas, em relação às empresas nacionais, também serve para avançar exatamente com o mesmo argumento para o contexto europeu e internacional.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Depende do seu mercado de referência!

O Orador: Porque, meus senhores, sabem que é a verdade, por isso é que a vossa proposta e os vossos argumentos são absolutamente hipócritas.

Deixem que vos diga, para terminar, em relação a esta questão, que considero necessário é que se tenha convicções e a convicção é esta: nós acreditamos que o aumento, que este acréscimo significa que há um aumento da procura e que isso tem um efeito benéfico no mercado e tem um efeito multiplicador na economia regional e nacional? Acreditamos nisso ou não nas atuais circunstâncias?

Acreditamos porque isto pode funcionar. Acreditamos nisso ou não?

Os senhores não acreditam nesse mecanismo neste contexto de crise a nível regional. Então por que é que acreditam a nível nacional?

Então como é que os senhores apresentam exatamente o mesmo argumento, no mesmo contexto social e económico?

Se os senhores acham que isto tem um efeito multiplicador na economia, tem um efeito benéfico na procura (que é muito difícil para quem vive com estes níveis de subsistência que tenha este efeito na procura, mas tudo bem), se os senhores acreditam nisto, (se acreditam nisto), então por que é que desclassificaram o mesmo argumento em relação à discussão que foi feita no âmbito regional?

Meus senhores, em relação a esta matéria são demasiadas contradições, é demasiado cinismo, é demasiado tacticismo por parte do Grupo Parlamentar Socialista. É esta a análise que tenho de fazer à vossa proposta.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Nuno Melo Alves tem a palavra.

(*) **Deputado Nuno Melo Alves (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente do Governo Regional:

De facto, este plenário tem algumas particularidades. Tem sido profícuo em saídas de Deputados, por exemplo (olho à minha volta), mas também pelos vistos foi profícuo...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Isso é uma crítica interna?

O Orador: Não é uma crítica interna. Deixe-me acabar.

...na chegada tardia de outros Deputados. Hoje ouvi aqui um discurso que não sei como é que não ouvi no dia 10, aquando da discussão do ponto 4, só talvez por ausência da Deputada Graça Silva. Não ouvi o discurso que ela proferiu hoje no dia 10, na discussão do ponto 4.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): O senhor está muito inspirado!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: Acho isto fantástico, ...

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): É que nós somos 31!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Por isso é que não se entendem!

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Entendemo-nos e partilhamos os assuntos!

O Orador: ...porque o que se disse aqui hoje aplica-se, sem tirar, nem pôr, ao que se discutiu no dia 10, no ponto 4, na ordem de trabalhos.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Qual é a sua leitura sobre as ausências da sua bancada?

O Orador: É a mesma das ausências da bancada do Partido Socialista nesse dia.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Diga lá a equivalência!

Deputado Rogério Veiros (PS): Os senhores perderam 2/3!

O Orador: Sras. e Srs. Deputados, há aqui um outro ponto que é preciso ser referido. Nós falamos aqui da competitividade das empresas açorianas e que seria prejudicada efetivamente por um diferencial de mão-de-obra acrescido nos Açores. Sim, concebo, é verdade! Mas estamos a falar de uma pequena parcela de empresas açorianas que concorrem com empresas nacionais. É que seguramente não é o distribuir de gás de uma qualquer freguesia que emprega eventualmente 1 ou 2 funcionários; nem é o café do Carapacho; não é nenhuma destas pequenas e dispersas que são o grosso das empresas e da atividade económica da Região que concorre com qualquer café da Praça do Comércio ou com um distribuidor de gás de Queluz; não é a nossa EDA que concorre, por exemplo, com a EDP ou com outro qualquer dos fornecedores de eletricidade a nível nacional. O problema que se põe é que um aumento de custos para as empresas dos Açores é exatamente igual (se a sua origem é na Horta ou é no Terreiro do Paço, de São Bento, neste caso).

É exatamente igual.

Deputado Rogério Veiros (PS): Isso não se aplica para as empresas de consumo, aplica-se para as empresas de exportação.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Isso é verdade! Veja como estão as empresas açorianas!

O Orador: Não é diferente, porque é um aumento de custos, quer seja aprovado em São Bento, quer seja aprovado na Horta, porque o grosso da atividade económica (e é disso que nós estamos a falar), o grosso dos trabalhadores não está empregue em grandes empresas multinacionais nos Açores, nem está empregue em grandes empresas multinacionais no país.

Isso é um mito que é muitas vezes alimentado, mas que não é verdade.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Não é só exportação. É a substituição de importações.

O Orador: Agora estes aspetos aqui, de facto, as críticas à posição do Partido Socialista que foram aqui feitas e justas na minha opinião, na nossa opinião, que efetivamente...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Na nossa?

O Orador: Na nossa porque eu represento a bancada, apesar de estar aqui sozinho, ainda estou presente e estive presente no dia 10, penso que foi terça-feira, na discussão do ponto 4.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): É verdade. Tem razão!

O Orador: Estive presente não só fisicamente, mas também em espírito.

Portanto, esta questão não é nem inocente, nem linear como parece. Às vezes parece-nos que da bancada do Partido Socialista há uma vontade de dizer aos outros que façam aquilo que não querem fazer.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

Deputado Aníbal Pires (PCP): O senhor está aí a portar-se como um herói na defesa dos trabalhadores!

O Orador: É esse aspeto que leva às qualificações de cinismo e a outras qualificações que foram aqui aduzidas e foi por isso que comecei a minha intervenção interrogando-me por que é que a Sra. Deputada Graça Silva tinha estado ausente na discussão do ponto 4, no dia 10.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra. Tem pouco mais de 1 minuto e meio.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Aí está uma boa notícia!

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente:

Oh, Sra. Deputada Graça Silva, é claro que se o salário mínimo nacional for aprovado...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): É que quando passar da meia-noite pode pedir mais um intervalo!

O Orador: Claro que posso!

...as reivindicações dos trabalhadores açorianos deixam de fazer algum sentido e com certeza que retiram a sua reivindicação. É evidente e é claro para todos quantos estamos aqui que esta estratégia do Partido Socialista visa diminuir as propostas que o Bloco de Esquerda e o PCP aqui têm vindo fazer sobre a questão do rendimento, sobre a questão do aumento do acréscimo ao salário mínimo regional, mas visam matar futuras iniciativas.

Já anunciei que em setembro iria retomar a iniciativa do aumento do acréscimo ao salário mínimo regional.

V. Exa. aquilo que está a fazer em nome do seu Grupo Parlamentar é exatamente a matar esta iniciativa.

Mas eu agora, Sra. Deputada, queria fazer-lhe aqui 2 ou 3 perguntas. Diz o Grupo Parlamentar do Partido Socialista no 4.º parágrafo do preâmbulo ou dos considerandos: “Acontece que ao longo dos 39 anos de vigência da democracia o salário mínimo foi perdendo valor com o conseqüente prejuízo para os trabalhadores.”

Durante estes 39 anos, quantos anos é que o Partido Socialista esteve no poder? Faça as contas e veja de quem é a responsabilidade.

Portugal tem o salário mínimo mais baixo da zona euro. É verdade, sim senhora, e como a senhora sabe,...

Presidente: Sr. Deputado, tem de terminar.

O Orador: ...como a Sra. Deputada Graça Silva sabe,...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Ouça a Sra. Presidente!

O Orador: ...os trabalhadores açorianos ganham em média quase menos 100 € do que os trabalhadores do continente.

Depois diz aqui que “aos primeiros sinais de crise no nosso país [termino já, Sra. Presidente] as confederações patronais e o Governo suspenderam o acordo assinado na concertação social, ficando o salário mínimo, desde 2011, nos 485 €”

Qual foi o Governo que fez isto? Qual foi?

Pois vai responder-me.

Vou já terminar, Sra. Presidente.

O mais interessante é este parágrafo que nem eu escreveria melhor, nem eu, nem a Deputada Zuraida Soares.

“Tendo em conta que o motor da economia portuguesa é na verdade a procura interna, verifica-se a consecutiva recusa assumida, desde 2010, da subida do salário mínimo nacional,...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Respeite a Sra. Presidente!

O Orador: ...o que significaria um acréscimo de custos marginal na estrutura de custos de qualquer empresa o que apenas promove a recessão e o desemprego.”

Deputada Zuraida Soares (BE): Marginal no continente; aqui adição!

O Orador: Aliás, do ponto de vista estritamente económico...

Presidente: Sr. Deputado, tem de terminar.

O Orador: Termino já, Sra. Presidente.

...é sabido que um pequeno aumento no ganho de um trabalhador com menores rendimentos tem impacto direto na economia, visto que todo esse aumento de rendimento é utilizado em bens de serviço que criam emprego.

Deputado Berto Messias (PS): Respeite a Sra. Presidente!

Presidente: Sr. Deputado, tem de terminar.

O Orador: Esta subscrevo inteiramente.

Termino já, Sra. Presidente.

Presidente: Já me disse isso 4 vezes.

O Orador: Se isto não é cinismo e hipocrisia, então eu não sei o que é cinismo e hipocrisia.

Oh, Sra. Deputada!

Obrigado, Sra. Presidente. Peço-lhe imensa desculpa por me ter prolongado e agradeço a sua tolerância.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, estamos na reta final dos nossos trabalhos. Estamos na reta final da nossa primeira sessão legislativa, vamos tentar terminar isto de forma adequada...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Muito fora da hora regimental!

Presidente: ...e em cumprimento daquilo que tem sido sempre o decorrer dos nossos trabalhos.

A Mesa não tem mais inscrições.

Sra. Deputada Graça Silva tem a palavra.

(*) **Deputada Graça Silva (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente:

Sr. Deputado Nuno Melo Alves, não sabia que reparava tão pouco em mim.

Deputada Catarina Moniz Furtado e Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

Deputado Lizuarte Machado (PS): Isso é um amor não correspondido!

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Tem que pedir desculpas!

Deputado José Ávila (PS): É homem para isso!

A Oradora: Eu estive sempre nesta sala, nunca saí em situação nenhuma, nem em votação nenhuma, mas também fico um pouco, digamos, impressionada com a sua posição e até também com o PSD,...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Mas a gente repara!

Deputado José Ávila (PS): São amigos das empresas!

A Oradora: ...até porque o CDS/PP e o PSD na Madeira aprovaram uma medida idêntica de anteposta para aumento do salário mínimo para 500 €...

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

A Oradora: ...coisa que os dois partidos na Região não têm a coragem de fazer.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

Deputado Jorge Macedo (PSD): Demos parecer negativo!

Deputado Berto Messias (PS): Oh, Jorge embrulha!

A Oradora: É pena!

Sr. Deputado Paulo Estêvão, é verdade aquilo que o senhor disse que o aumento do acréscimo na Região (e este foi o argumento que o Partido Socialista utilizou) poria as nossas empresas numa situação de fragilidade relativamente às suas congéneres nacionais, mas o mesmo argumento não serve para o âmbito europeu.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Ai não?

A Oradora: Até porque o salário mínimo, como foi referido pelo Sr. Deputado Aníbal Pires, português é um dos mais baixos, é o terceiro mais baixo da zona euro, e o salário médio dos salários

mínimos na Europa é cerca de 800 € (o salário médio do salário mínimo na Europa, na zona euro).

Deputado Paulo Estêvão (PPM): E a produtividade?

A Oradora: Portanto, Sr. Deputado, este argumento não serve para o âmbito europeu.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Serve, serve!

Presidente: Srs. Deputados, a Sra. Deputada Graça Silva está no uso da palavra.

A Oradora: Quanto ao Sr. Deputado Aníbal Pires.

Sr. Deputado, é verdade que os trabalhadores açorianos ganham em média menos do que os trabalhadores nacionais, mas também não é menos verdade que os trabalhadores açorianos têm compensações exatamente por isso, os diversos trabalhadores açorianos, quer no setor privado, quer no setor público, quer os nossos pensionistas. Também ao nível dos impostos há as compensações, quer para as empresas, quer para os trabalhadores.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e do Vice-Presidente)

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires, pede a palavra para?

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Para fazer um protesto por uma incorreção que foi dita pela Deputada Graça Silva.

Presidente: Desculpe, mas não lhe vou dar a palavra.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Tenho que fazer o protesto.

Presidente: Desculpe. Não tem motivo nenhum para fazer um protesto. Peço desculpa, Sr. Deputado. Já lhe demos tolerância na sua última intervenção.

A Sra. Deputada Graça Silva não fez nenhuma afirmação que mereça um protesto da sua parte. Não lhe posso dar a palavra.

Sr. Deputado, peço desculpa, mas não lhe posso dar a palavra.

Deputado Aníbal Pires (PCP): A Sra. Deputada Graça Silva cometeu uma incorreção e essa incorreção leva a que os trabalhadores açorianos ganhem menos.

Presidente: Sr. Deputado Nuno Melo Alves tem a palavra.

(*) **Deputado Nuno Melo Alves (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente do Governo Regional: Efetivamente, Sra. Deputada Graça Silva, reparar em si ou não reparar não tem nada de pessoal, não tem nada a ver com a sua pessoa.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Peça desculpa, seja um cavalheiro!

O Orador: Sei que está cá desde o primeiro dia. Refiro-me à sua ausência política, é que isto é um órgão político e nós aqui discutimos matérias políticas...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Oh! Grande cambalhota!

O Orador: ... e discutimos a mesma hoje que discutimos no dia 10. Se isso não ficou claro foi a sua interpretação, foi erro da sua interpretação, não foi erro no meu dizer. Aliás, porque o resto da câmara percebeu, o resto da câmara percebeu perfeitamente e percebeu a que ausência é que me referia, até porque o discurso que fez hoje (volto a dizer) assentava que nem luva no dia 10 do 7, aquando da aprovação do quarto ponto da nossa agenda. É a essa ausência política que me refiro, não é a mais nenhuma. Depois, devo aqui dizer que referi os encargos, o facto de ser indiferente às empresas a origem dos encargos,...

Deputado Berto Messias (PS): Não é verdade. O senhor sabe que não é verdade. Como é que distingue o mesmo objetivo?

O Orador: ...o acréscimo dos encargos resultar de uma decisão tomada na Horta, ou de uma decisão tomada em São Bento, porque é. Efetivamente o é e o é para a maior parte das empresas e para a maior parte dos empresários dos pequenos, pequeninos, empresários da nossa frágil economia, como dizia alguém da bancada do PS na discussão do ponto 4, da nossa muito frágil economia.

É absolutamente indiferente esse ponto de vista e só relevei esse facto para reforçar algo que já tinha aqui sido dito, que isto é uma hipocrisia da bancada do Partido Socialista de fazer esta proposta e ter rejeitado outras, outras de teor semelhante e que visavam o mesmo objetivo. É uma hipocrisia na medida em que distingue a origem e passa para outros uma decisão que pode ser nossa. Na decisão da proposta do Bloco de Esquerda, se tivesse sido

aprovada nesta casa, os trabalhadores teriam o aumento de remuneração e esta decisão que tomamos hoje, mesmo sendo aprovada nesta casa, não garante nada aos trabalhadores. Há uma grande diferença aqui (uma grande diferença!) e essa diferença nós sabemos-la, parece que vós não sabíeis ou não a tiveram em conta na votação. Por isso é que referi, e volto a referir, a sua ausência política até hoje, neste plenário, e ainda foi antes da meia-noite.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente:

Uma intervenção muito rápida. Não pensava vir ao debate outra vez, mas, Sra. Deputada Graça Silva, de facto a Sra. Deputada tem que ser intelectualmente honesta e obviamente as coisas não são assim.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Sra. Deputado, não seja assim. Seja educado!

Deputado Pedro Moura (PS): Oh Sr. Deputado!

Deputado Rogério Veiros (PS): A esta hora!

O Orador: Portanto, a Sra. Deputada tem de comparar os diversos fatores e sabe que um dos problemas da economia portuguesa é a produtividade.

Quando a Sra. Deputada fala na comparação e compara salários mínimos e depois não compara a fragilidade que é aquela da economia portuguesa no contexto europeu, que é a produtividade, a Sra. Deputada está a fazer contas de mercearia, obviamente.

Portanto, não tem, em relação a esta matéria, seriedade intelectual. As coisas não são assim.

O que lhe disse é que o argumento do Partido Socialista caiu por terra hoje. O argumento que utilizaram foi a comparação, a diminuição da produtividade e a diminuição também da competitividade das empresas dos Açores em competição com as empresas nacionais.

O que lhes disse é que o mesmíssimo argumento pode ser utilizado no âmbito do contexto europeu, comparando as nossas empresas com as empresas europeias. Por isso, é que vos perguntei se Portugal é um estado que vive no mercantilismo. Foi

isso que vos perguntei, porque o vosso argumento é absolutamente falso.

Portanto, os senhores com esta proposta, o que estão a fazer é de facto uma marcação à iniciativa do Bloco de Esquerda. Não é mais do que isto!

Os senhores o que me estão a perguntar é: qual é o seu sentido de voto?

O que vos vou dizer é que o Partido Popular Monárquico é um partido com seriedade e não embarcamos neste género de populismo e de demagogia. Portanto, se os senhores estão à espera que o PPM embarque neste tipo de populismo e de demagogia, não contem connosco. Podem fazer a notícia. Amanhã, já sei: “Partido Socialista aprovou aumento do salário mínimo nacional”. É esta a notícia e connosco os senhores não contam para este género de demagogia. Não contam!

Deputado Berto Messias (PS): Não disse como é que ia votar, Sr. Deputado!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Zuraida Soares tem a palavra.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente:

Não fora a hora tardia e esta escalada de incoerência do Partido Socialista, até poderia ser hilariante...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Já está a ser!

A Oradora: ...e se calhar nós estávamos aqui bastante divertidos e agora estamos bastante cansados, porque, reparem bem, Sras. e Srs. Deputados. Há 2 dias, lembro-me como se fosse há 1 minuto, estava ali o Sr. Deputado Francisco César aos gritos e aos pulos, virado para mim, a dizer que era uma vergonha o apresentar aqui uma proposta de aumento do acréscimo regional ao salário mínimo nacional (a ver se não ponho outra vez o Sr. Vice-Presidente nervoso)...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Está certo!

A Oradora: ...por causa das empresas regionais, os imensos custos para as empresas regionais e eu, enfim, um pouco mais baixinho, tentei argumentar que do nosso ponto de vista e de acordo com as análises feitas por todos os especialistas, os

grandes custos, os maiores custos das empresas não são os custos com os salários, são os custos com a energia,...

Deputado Lizuarte Machado (PS): Mas isso depende do setor da atividade económica!

A Oradora: ...com os transportes, com o combustível, com os juros, mas o Sr. Deputado nem quis ouvir. A gritaria era: as nossas empresas não aguentam, porque os custos são insuportáveis.

Mas, Sras. e Srs. Deputados, pego no corpo deste diploma, deste monumento à hipocrisia do Partido Socialista que propõe o aumento do salário mínimo nacional e diz assim: “O aumento do salário mínimo nacional significaria um acréscimo de custos marginal na estrutura de custos de qualquer empresa e o seu não aumento apenas promove a recessão e o desemprego.”

Sras. e Srs. Deputados do Partido Socialista, não está cá o Deputado Francisco César, mas sou eu que vos digo: tenham vergonha.

Deputados Joaquim Machado (PSD) e Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

Presidente: Sra. Deputada Graça Silva tem a palavra.

(*) **Deputada Graça Silva (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente:

Só para responder ao Sr. Deputado Paulo Estêvão...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não vale a pena, Sra. Deputada!

A Oradora: ...e devolver-lhe os insultos de intelectualmente desonesta.

Deputado José Ávila (PS): Já é habitual chamar aos outros!

A Oradora: Foi o que o senhor me chamou.

Até porque o senhor sabe que a produtividade não tem a ver com salários, mas sim com a inovação, principalmente com a inovação e tecnologia das empresas.

Deputado José Avila (PS): Aprenda!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente:

Dizer que alguém é intelectualmente desonesto não é nenhuma ofensa, Sra. Deputada.

Deputado Aníbal Pires (PCP): É uma constatação!

O Orador: Não é nenhuma ofensa. É uma constatação e no debate político é absolutamente...

Então reparem. Eu ofendo-vos aqui todos os dias, a todas horas, porque isso acontece muitas vezes em relação à vossa bancada.

Sra. Deputada, o que lhe referenciei, o que lhe disse, é que a produtividade (não falei de uma relação direta) é uma das fragilidades que é apontada à economia portuguesa e, evidentemente se aumentar os salários, aumenta a fragilidades das empresas portuguesas. É ou não é verdade?

A mim parece-me que é evidente.

A Sra. Deputada sabe perfeitamente que esta proposta é absolutamente demagógica, porque os argumentos que foram aduzidos são falsos e a Sra. Deputada Zuraída Soares acabou de lhe avançar com mais um.

A Sra. Deputada, na sua proposta, na proposta da sua bancada, o que diz é que é marginal. Então se é marginal, se não tem um impacto significativo, por que é que não o fizeram aqui?

Se é assim tão insignificante, é tão marginal, por que é que os senhores não adotaram esta posição aqui?

Deputada Zuraída Soares (BE): Porque ontem era imenso, era enorme!

O Orador: Porque, Sra. Deputada, isto, como a Sra. Deputada Zuraída Soares disse, é um monumento à hipocrisia e ao cinismo. Esta é que é a resposta, Sra. Deputada, e não me questione mais para não prolongarmos esta discussão.

Muito obrigado.

(Risos da câmara)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa não tem mais inscrições.

Sras. e Srs. Deputados, não havendo mais inscrições, vamos passar à votação na generalidade desta anteproposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Deputado Rogério Veiros (PS): O senhor é contra e abstém-se?

Deputado Berto Messias (PS): E chama-se falta de coragem!

Secretária: A Anteproposta de Lei foi aprovada com 24 votos a favor do PS, 1 voto a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 14 votos contra do PSD e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Passamos agora à votação na especialidade.

(Diálogo entre as bancadas)

Presidente: Não tenho pressa. É quando quiserem.

Vou colocar à votação os 2 artigos, uma vez que não há propostas de alteração, para fazermos a votação na especialidade.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretária: Os artigos anunciados foram aprovados com 24 votos a favor do PS, 1 voto a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 14 votos contra do PSD e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Passemos então à votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretária: Em votação final global, a Anteproposta de Lei foi aprovada com 24 votos a favor do PS, 1 voto a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 14 votos contra do PSD e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Sr. Deputado Nuno Melo Alves, para uma declaração de voto, tem a palavra.

(*) **Deputado Nuno Melo Alves (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente do Governo Regional:

O CDS-PP votou favoravelmente esta proposta, não por achar que ela seria mais meritória do que outras discutidas aqui esta semana, ou não por querer com isso apagar a hipocrisia da apresentação desta proposta por parte do Partido Socialista, o próprio cinismo da sua apresentação, nem por querer desvalorizar qualquer um dos argumentos contra a proposta discutida na terça-feira ou contra esta proposta discutida hoje.

Nós aprovamos esta proposta com base naquilo que acreditamos que necessita de ser um ponto de viragem na política do nosso país e esse ponto de viragem passa por virar para o desenvolvimento económico em vez de continuar uma política de austeridade que tem sido seguida até aqui.

Deputado José San-Bento (PS): Bem-vindos!

O Orador: Não é “bem-vindos”. Isso também é nos Açores!

Deputado José San-Bento (PS): Para além da Troika!

O Orador: Queremos ver algo que não vimos aqui, nem temos visto aqui,...

Deputado José San-Bento (PS): Os senhores diziam que era impossível fazer isso!

O Orador: ...em que o Partido Socialista também começa a apresentar propostas para aumentar o salário, por exemplo, dos funcionários públicos na Região Autónoma dos Açores, e não pôr sempre as propostas para os aumentos para outros órgãos, para entidades privadas ou para outras instituições. Assuma também aqui, na Horta, as suas responsabilidades regionais...

Deputado José San-Bento (PS): Ainda há bocado aprovámos o subsídio de férias!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: ...e siga também por uma política de crescimento económico e desenvolvimento da nossa economia.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Não havendo mais inscrições...

Sr. Deputado António Marinho tem a palavra para uma declaração de voto.

(*) **Deputado António Marinho (PSD):** Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente do Governo:

O PSD conscientemente e em coerência votou contra esta Anteproposta de Lei e com isso consegue ser coerente em relação ao passado, mas não só.

Deputado José San-Bento (PS): Concordar com o Sr. Primeiro-ministro!

O Orador: Consegue acima de tudo ser importante, no caso da Região Autónoma dos Açores e não só,...

Num momento em que as empresas vivem uma situação perfeitamente aflitiva, isso seria extremamente penalizante para a grande maioria do tecido empresarial regional, com consequências nefastas numa variável que é atualmente o maior problema existente na Região Autónoma dos Açores: a marca de 20 mil desempregados, a maior marca em termos de desempregados atingida em todos os tempos da autonomia.

Sendo importante aumentar os rendimentos dos açorianos e assim conferir-lhes uma maior qualidade de vida devemos ser realistas, devemos ser acima de tudo conscientes e responsáveis e neste momento, se esta Anteproposta de Lei tiver vencimento a nível da Assembleia da República, isso será extremamente penalizante para os Açores, porque com isso aumentar-se-á o desemprego e seguramente todos aqueles, mesmo aqueles que têm rendimentos ao nível do salário mínimo nacional, aquilo que consideram fundamental é assegurar o seu próprio emprego.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Berto Messias tem a palavra para uma declaração de voto.

(*) **Deputado Berto Messias (PS):** Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Quais membros do Governo? Não está ali ninguém!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): É o Espírito Santo!

O Orador: Uma breve declaração de voto, em nome da bancada do Partido Socialista, relativamente à votação que acabámos de assistir aqui, no Parlamento.

O Partido Socialista apresentou esta Anteproposta de Lei de aumento do salário mínimo, que foi aliás muito bem explicada,

apresentada e defendida ao longo do debate pela Deputada Graça Silva, mas fê-lo com um espírito de abertura e de diálogo que julgo que se impõe neste momento.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Está em campanha!

O Orador: Entendemos e decidimos fazer esta proposta. Reunimos com a UGT, reunimos com a CGTP, que imediatamente apoiaram também a nossa intenção e felizmente foi aqui aprovada. Seguirá agora para a Assembleia da República onde será apreciada e esperamos todos que seja aprovada.

Não está na sala o Deputado Aníbal Pires,...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): O Governo também não está!

O Orador: ...mas posso informá-lo que tive a oportunidade, no âmbito da elaboração desta proposta, de falar, quer com os Deputados do Partido Socialista à Assembleia da República dos Açores, quer também com o Deputado Carlos Zorrinho, Presidente do Grupo Parlamentar do Partido Socialista na Assembleia da República.

Foi não só um trabalho em parceria com os nossos parceiros sociais, mas também um trabalho em parceria com o Partido Socialista a nível nacional.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Muito bem!

O Orador: O debate parece-me que foi claro,...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Foi, foi!

O Orador: ...apesar das tentativas dos revanchismos e dos ciúminhos que tivemos por parte de alguns partidos no âmbito desta discussão,...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Quais foram?

O Orador: ...porque gostam de afirmar que a defesa dos trabalhadores é um património só deles (refiro-me à esquerda e ao sectarismo endémico que tem a esquerda, a esquerda do Partido Socialista nesta matéria).

Julgo que esta questão foi perfeitamente clara.

Entendemos não aprovar o acréscimo regional ao salário mínimo que foi apresentado legitimamente pelo Bloco de Esquerda neste plenário. Essa matéria foi perfeitamente explicada pelo Partido Socialista e pelo Governo quando foi ouvido na comissão sobre esse assunto e em segundo lugar entendemos então, em coerência

também com aquilo que vínhamos dizendo e afirmando, apresentar esta Anteproposta de Lei agora aprovada.

Mas há duas referências que não posso deixar de fazer.

Em primeiro lugar, o sentido de voto anunciado aqui pelo Sr. Deputado António Marinho, do PSD.

Deputado Luís Garcia (PSD): Não foi anunciado. Foi concretizado!

O Orador: Dizia há pouco, na sua intervenção, que o PSD com esta votação e com esta posição consegue isto e consegue aquilo.

Fica muito claro. Há uma coisa que consegue de facto, que é mais uma vez estar preocupado em defender o PSD nacional,...

Deputado Luís Garcia (PSD): Está enganado. Defender as nossas empresas!

O Orador: ...defender o Primeiro-ministro e em defender o Dr. Pedro Passos Coelho, em vez de defender os trabalhadores açorianos.

Segunda questão que quero também referir: a postura do Bloco de Esquerda e do PCP neste debate.

Por aquilo que fizeram, pelas afirmações que fizeram, pelos termos que utilizaram, pela forma como tentaram desmerecer a proposta do Partido Socialista, mostraram o seguinte: a sua preocupação não são os trabalhadores, não é o acréscimo regional ao salário mínimo, não é sequer o aumento do salário mínimo nacional. A sua preocupação primeira é sim o número mediático, aparecer na televisão,...

Deputado Luís Garcia (PSD): Está a ver-se ao espelho!

O Orador: ...aparecer nas páginas de jornais com essas propostas e também, porque isso foi aliás notório ao longo de todo o plenário que está agora perto de terminar, estão muito mais preocupados em atacar, em fazer mossa e em fazer mal ao Governo e ao Partido Socialista. Isso ficou claríssimo neste debate.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado Berto Messias.

Sr. Deputado António Marinho, pede a palavra para?

(*) **Deputado António Marinho (PSD):** Para uma interpelação.

Presidente: Tem a palavra.

(*) **Deputado António Marinho (PSD):** Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Era apenas para pedir aos serviços da Assembleia para entregarem o diário de 21 de outubro de 2011, onde está expressa a posição do Partido Socialista, quer por parte do então Deputado, que não vou agora nomear, quer por parte do Membro do Governo, que na iniciativa apresentada pelo PCP apresentava exatamente os mesmos argumentos que o PSD utilizou hoje coerentemente, ao contrário daquilo que aconteceu com o Partido Socialista.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Deputado Berto Messias (PS): Sr. Deputado Marinho, estou esmagado com essa intervenção!

Deputado António Marinho (PSD): Não está esmagado. É incoerente!

Presidente: Para uma declaração de voto, tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

A minha declaração de voto inevitavelmente é para estranhar alguma estranheza por outras declarações de voto aqui ouvidas.

Ficámos a saber que o Sr. Deputado Berto Messias falou com o camarada Zorrinho que lhe deve ter dito qualquer coisa que ninguém imagina o que foi, mas há uma coisa que nós sabemos, é que o Partido Socialista, na República, se absteve (e não vi violência nenhuma na abstenção) nas propostas do Bloco de Esquerda e do PCP de aumento do salário mínimo nacional.

Falemos de coerência. Estamos sempre a falar de coerência, mas agora parece que o Sr. Deputado Berto Messias fez um telefonema para o camarada Zorrinho. Quem sabe eles lá não vão agora votar a favor a pedido dos Açores?!

(Risos de alguns Deputados da bancada do PSD)

Riam-se, Sras. Deputadas e Srs. Deputados!

Riam-se, porque isto para rir!

Continuemos a falar de coerência. O mesmo Grupo Parlamentar que na Assembleia Legislativa dos Açores se recusa a votar o aumento do acréscimo regional ao salário mínimo nacional em nome da sobrevivência das empresas, é o mesmo partido que apresenta na Assembleia Legislativa dos Açores o aumento do salário nacional, porque é uma coisa insignificante nas empresas. É disto que é preciso ter vergonha, desta incoerência. Isto não é sectarismo, Sr. Deputado Berto Messias. Isto é honestidade intelectual e a coragem de se dizer aquilo que se pensa. Isto é coerência e a maior coerência mostrada pelo Bloco de Esquerda é que apesar deste documento ser um monumento à hipocrisia, em nome dos trabalhadores portugueses (não é só dos açorianos, portugueses), nós votámos favoravelmente.

Esta é que é a coerência que o vosso Grupo Parlamentar não tem e pelo caminho que leva nunca terá.

Continuemos com a incoerência: os termos que utilizámos.

Os termos que utilizámos, Sr. Deputado?

Mas os termos que nós aqui utilizámos foi a factualidade absoluta e pura e vou dizer-lhe uma coisa.

Deputado Berto Messias (PS): Isenta e imparcial!

A Oradora: Bem mais isenta do que a vossa.

Vou dizer-lhe uma coisa:...

Deputado Berto Messias (PS): Isenta e imparcial!

A Oradora: ...dos imensos defeitos que todos temos, o ciúme não será um deles, mas ciumenta, ainda por cima, da incoerência absoluta e da incapacidade de justificar aquilo que os senhores fazem num dia e aquilo que fazem dois dias depois, ter ciúme disso nem mesmo à meia-noite e meia hora, nem o cansaço, nem o sono seriam capazes de o fazer.

Portanto, Sr. Deputado Berto Messias, aconselho-o a fazer muitos telefonemas para o camarada Zorrinho, mas estou convencida que nem mesmo ele vai conseguir salvar o Partido Socialista dos Açores da imensa trapalhada em que se meteu com esta Anteproposta de Lei para aumento do salário mínimo nacional.

Deputado Berto Messias (PS): Veremos!

A Oradora: Se pensa que vai enganar os açorianos e açorianas dizendo que o Partido Socialista propôs, aliás como diz o título, (o título é muito curioso da anteproposta) o “Aumento da retribuição mínima mensal garantida” (Quem olha assim diz: “Uau, isto deve ser da Região”), não! É preciso ler para perceber que isto não tem nada a ver com os Açores. Se pensa que vai convencer os açorianos e açorianas que propôs aqui o aumento do salário mínimo (como é que está?), da “retribuição mínima mensal garantida” na Região, está muito enganado.

Deputado Berto Messias (PS): Por quê?

A Oradora: Sabe por quê?

Porque respeito o povo açoriano e reconheço-lhe a inteligência que o senhor, neste momento, não lhe está a reconhecer.

Muito obrigada.

Deputado Berto Messias (PS): Voltaremos a falar!

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!
Muito bem!

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão, para uma declaração de voto, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente (estava à sua procura!):

Srs. Deputados, o Sr. Deputado Berto Messias acordou literalmente para o debate e do que é que ele se lembrou?

Lembrou-se, há meia-noite e 35, de acusar a oposição do número mediático.

Oh, Sr. Deputado, um número mediático há meia-noite e 35?

Os jornalistas estão a dormir, Sr. Deputado.

(Risos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP e do BE)

Deputado Luís Garcia (PSD): Mas o GaCS não está!

O Orador: É que disto nem o Super-Homem se lembrava, Sr. Deputado.

Quero dizer-lhe que em relação a esta matéria, Sr. Deputado, o que aconteceu aqui foi que a manobra do Partido Socialista foi completamente descascada.

Deputado Rogério Veiros (PS): Descascada está a “laranja”!

O Orador: Portanto, toda a gente percebeu que esta proposta distribuída na altura em que a proposta do Bloco de Esquerda estava a ser discutida era para tentar, de alguma forma, esconder a vossa falta de vontade política em aprovar a proposta do Bloco de Esquerda, portanto, esconder aquela que era uma dificuldade política do Partido Socialista nesta matéria.

Apresenta uma proposta sem qualquer género de quantificação, com uma argumentação pior do que má, com aquela irresponsabilidade política que alguma classe política utilizou para afundar este país,...

Deputado Berto Messias (PS): Sr. Deputado, está a dizer asneiras! A Deputada Graça Silva referiu os números!

O Orador: ...nomeadamente o Primeiro-ministro que o senhor tantas vezes defendeu nesta câmara, o Primeiro-ministro José Sócrates.

O senhor veio aqui sem uma proposta, sem dizer o que é que isto significaria para as empresas, não a quantificou, não se preocupou minimamente com a produtividade, não se preocupou minimamente com a concorrência, não se preocupou minimamente em ser absolutamente congruente com aquilo que disse quando chumbou a proposta do Bloco de Esquerda e, portanto, a sua incapacidade política em explicar esta proposta ficou absolutamente patente.

Sr. Deputado, em relação a esta matéria, tenho que lhe dizer o seguinte: isto não funcionou, os açorianos sabem perfeitamente que nesta matéria os senhores estiveram a brincar com a consciência dos trabalhadores, os senhores estiveram a fazer com esta matéria uma brincadeira, os senhores estiveram a esconder uma incapacidade, os senhores estiveram a esconder aquele que era o vosso objetivo político, que era não fazer nenhuma alteração nos Açores e chutar isto para os outros, sabendo perfeitamente que o cenário político, o enquadramento político, nem sequer permite que esta legislação possa vir a ser aprovada.

Portanto, os senhores o que aqui fizeram foi tacticismo político, cinismo e, como a Sra. Deputada Zuraida Soares (e com isto termino) classificou de uma forma muito correta, isto é de facto um monumento ao cinismo, isto é um monumento à irresponsabilidade.

Não é assim, Sr. Deputado, que se faz política com seriedade.

Deputado José Ávila (PS): O senhor é que faz sozinho!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Não havendo mais declarações de voto vamos avançar para os últimos dois pontos da agenda.

Ponto 18: **Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão da Anteproposta de Lei n.º 8/X –“Alteração ao regime de bens em circulação objeto de transações entre sujeitos passivos de IVA”**, apresentada pelo Grupo Parlamentar do PS.

Para apresentar a urgência, tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Moreira.

(*) **Deputado Duarte Moreira (PS):** Obrigado, Sra. Presidente. Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Penso que a urgência desta Anteproposta de Lei que o Partido Socialista aqui traz hoje será evidente para todos e prende-se com o facto do Decreto-lei n.º 198/2012 ter entrado em vigor no dia 1 de julho deste ano, sendo que os seus efeitos foram, digamos assim, suspensos até ao dia 15 de outubro próximo.

Atendendo à proximidade destas datas julgamos que é urgente, neste momento, aprovar esta Anteproposta de Lei para que possa ser depois analisada na Assembleia da República.

Obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado Roberto Cordeiro... Peço desculpa. Engano-me sempre no seu nome.

Sr. Deputado Renato Cordeiro tem a palavra.

(*) **Deputado Renato Cordeiro (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente do Governo (está ali ao fundo):

Atendendo ao impacto que o novo regime de circulação de bens tem, tanto é que temos visto o adiamento da sua aplicação, e como aqui já foi referido, até dia 15 de outubro temos um regime sem multas, entendemos a urgência e votamos favoravelmente na sua aplicação.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Não havendo, vamos então votar o pedido de urgência.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O pedido de urgência e dispensa de exame em comissão foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Tendo sido aprovado, vamos então avançar para a discussão desta Anteproposta.

Relembro que foi distribuída pelas Sras. e Srs. Deputados uma proposta de substituição integral desta Anteproposta e é sobre ela que iremos debater e depois votar.

Para apresentar o diploma, tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Moreira.

(*) **Deputado Duarte Moreira (PS):** Obrigado, Sra. Presidente. Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente:

O Decreto-Lei n.º 198/2012, de 24 de agosto, refere no respetivo preâmbulo que, entre outros objetivos, “pretende proceder à alteração do regime de bens em circulação objeto de transações entre sujeitos passivos de IVA, (...) no sentido de se estabelecerem regras que assegurem a integridade dos documentos de transporte e que garantam à autoridade tributária um controlo eficaz desses mesmo documentos.”

As alterações introduzidas pelo diploma acima identificado estavam previstas entrar em vigor no dia 1 de janeiro de 2013.

No entanto, o Governo, na lei de Orçamento de Estado para o presente ano, adiou a entrada em vigor desse diploma para 1 de maio de 2013.

Posteriormente ainda a isso veio também o Governo da República, através da Portaria 161/2013, de 23 de abril, adiar novamente a entrada em vigor do mesmo diploma para 1 de julho de 2013, data em que o mesmo entrou efetivamente em vigor.

No entanto, a 28 de junho de 2013, num comunicado publicado no portal das Finanças constava que “para facilitar a adaptação gradual das empresas ao novo regime, o Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais determinou que até ao dia 15 de outubro não serão aplicadas quaisquer sanções no caso de ausência de comunicação eletrónica prévia dos documentos do transporte.”

Esta assunção de responsabilidades por parte do Governo da República demonstra claramente, através dos sucessivos

adiamentos acima referidos, face às inúmeras dificuldades criadas por este aos agentes económicos, não se resolve com o mero e recorrente adiamento de um regime que apenas contribuirá para dificultar a economia do país.

O novo regime de bens em circulação tem merecido a contestação generalizada de todos os setores económicos que criticam o excesso de burocracia criada, passível de afetar gravemente a competitividade das empresas.

As alterações em causa e a inerente carga burocrática que resulta da prévia comunicação do documento de transporte à autoridade tributária antes do início do transporte irá trazer certamente graves impactos às empresas, podendo mesmo afetar abastecimentos quer à indústria, quer ao comércio, ou mesmo aos consumidores finais.

Acresce que desde 1 de julho de 2013, caso a lei esteja a ser cumprida, para transportar um bem é necessário responder a uma forte complexidade de requisitos, constituindo, por si, um grave obstáculo quer à eficiência logística, quer à própria eficiência das empresas.

Aparentemente uma simples entrega de um produto de mostruário, mesmo não dando lugar a movimentos financeiros, implicará comunicações prévias.

Também o transporte de pequenas quantidades de mercadoria, se efetuado por empresas de reduzida dimensão em diferentes períodos do dia, obrigará ao dispêndio de tempo significativo em processos de utilidade duvidosa para os quais, em grande parte dos casos, as empresas não dispõem de meios suficientes.

Este novo regime é, em síntese, composto por regras desordenadas e impraticáveis.

O combate à economia paralela, à concorrência desleal e à evasão fiscal tem de ser um desígnio nacional, mas tem que ser concretizado através de um sistema adequado e não através da imensa carga burocrática que o novo regime pretende instituir e que nada acrescenta de positivo ao anterior regime, além de prejudicar a eficiência das operações.

Esta excessiva burocracia, que classifica Portugal pelas piores razões ao nível internacional, contraria também o Memorando de Entendimento assinado com a Troika no seu capítulo dedicado à

carga burocrática e dificulta a captação de investimento estrangeiro para o nosso país.

A crise económica há muito que está a prejudicar fortemente as empresas nacionais, bem como as regionais, pelo que em nada ajuda a vigência de uma legislação que contribuirá inquestionavelmente para prejudicar o tecido empresarial remanescente.

Em suma, estas alterações ao atual regime de bens em circulação não têm em linha de conta a realidade da produção, da distribuição e da logística, nem as características multifacetadas das diversas operações em Portugal.

Acresce que a realidade específica dos Açores, nomeadamente a reduzida dimensão do respetivo mercado e a sua distribuição arquipelágica não se coaduna minimamente com esta carga burocrática.

Neste sentido, a continuidade em vigor deste regime, na forma atual, constituirá um dos maiores e mais graves obstáculos à eficiência logística, à competitividade da economia, que o mesmo é dizer ao desenvolvimento económico, sustentável da nossa Região e, conseqüentemente, do país.

Face aos inúmeros constrangimentos identificados pelos agentes económicos, torna-se por isso imperativo proceder à imediata alteração do regime vigente desde 1 de julho de 2013, tornando-o adequado e exequível, atento à realidade do mercado, visando-se assim respeitar o motor da economia da Região Autónoma dos Açores e também do país, que são as micro, pequenas e médias empresas.

Com as alterações propostas pretende-se cumprir os seguintes objetivos:

- adaptar o regime vigente à realidade da Região Autónoma dos Açores;
- aliviar a imensa carga burocrática que o regime em vigor impõe aos agentes económicos através, entre outros, da introdução de um prazo de 5 dias aplicável a todas as situações para a comunicação dos documentos à autoridade tributária;
- reduzir drasticamente o âmbito de aplicação, quer seja para efeitos da emissão dos documentos de transporte, quer para a respetiva comunicação à autoridade tributária do atual regime

pelas seguintes vias: da alteração à definição do regime de bens em circulação, retirando-se a referência aos bens de afetação a uso próprio; da inclusão de todos os veículos, incluindo os veículos agrícolas; da inclusão dos bens transportados para afetação a uso próprio no âmbito das exclusões deste regime; da inclusão do pescado transportado entre os portos e a lota de venda no âmbito das exclusões também deste regime e também do aumento do valor do volume anual de negócio, passando dos atuais 100 mil para 250 mil.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente:

Esta proposta de lei resulta da colaboração estreita e permanente com as entidades representativas dos diversos setores de atividade da Região, daí que se apresente, tendo em conta as propostas válidas que nos chegaram durante o dia de hoje, uma substituição integral à iniciativa apresentada inicialmente.

Assim, entendemos que com a atual proposta de alteração ao regime de bens em circulação se corrige o regime feito por um Governo do PSD/CDS que está de costas voltadas para o país e para as pequenas e micro empresas e os agricultores.

Deputado Lizuarte Machado (PS): Muito bem!

O Orador: O regime que vigora, ainda que sem consequências até 15 de outubro para quem infrinja, é contestado por todos os setores de atividade.

Neste sentido, e apesar de não termos competência própria nesta matéria, é nossa obrigação responder às inúmeras solicitações que nos chegaram pelo que, através desta iniciativa, se materializa a vontade das entidades representativas dos diversos setores de atividade da Região Autónoma dos Açores, a bem dos nossos agricultores, pescadores e demais empresários.

Muito obrigado.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado Renato Cordeiro tem a palavra.

(*) **Deputado Renato Cordeiro (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente:

A esta hora até já se é secretário. Maravilha!

Quando nós recebemos a primeira proposta de alteração a este decreto, de facto, deparámo-nos com um documento bem feito. Reconheço isso em nome do Grupo Parlamentar do PSD. Revimos cada ponto de alteração e houve aqui uma pequena dúvida que tivemos que era no artigo 3, que seria os bens de atividade piscatória. Fizemos vários telefonemas durante o dia de hoje com as entidades que achámos necessárias e por surpresa nossa, na segunda alteração, está incluída aqui.

Ainda bem que foi assim. Até parece que adivinharam que a gente ia estar aqui até a esta hora,...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Muito bem!

O Orador: ...o que assim acelera muito mais este processo, que esperamos que tenha um bom fim. Era isto.

Deputado Berto Messias (PS) e Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Muito bem!

Deputado Jorge Macedo (PSD): Rápido e preciso!

Deputado José Ávila (PS): Muito bem, assim é que se fala!

Deputado Rogério Veiros (PS): Não aprenda é com o Jorge!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Nuno Melo Alves tem a palavra.

(*) **Deputado Nuno Melo Alves (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente:

Esta matéria, obviamente, é matéria que tem suscitado alguma celeuma e alguma polémica na medida em que afeta efetivamente a atividade empresarial.

No entanto, os seus trâmites, hoje em dia pela via informatizada, tal e qual como obrigação de enviar as faturas através do sistema SAFT para a autoridade tributária, estão em grande parte facilmente acessíveis ou facilitados até pelas obrigações que muitas empresas têm hoje de ter sistemas informáticos para poder prosseguir com a sua atividade normal.

No entanto, de facto, há aqui preocupações reais, sobretudo relacionadas com o tipo de uso mais do que com a dimensão ou especificidade regional, porque outras zonas do país também têm pequenas empresas e outras zonas do país também são afetadas. Se fosse especificidade regional poderíamos até, inclusive, se

calhar, ter legislação própria sobre esta matéria, mas trata-se efetivamente de algo que tem de ser contemplado pelo consumo, destinado ao consumo próprio, no âmbito da referida atividade como aqui está e o aspeto do pescado é também muito relevante.

Nós concordamos com estas alterações, no entanto, queremos aqui destacar uma coisa. O valor de 250 mil como limite para o volume de negócios é tão arbitrário quanto o de 100 mil, que está previsto na lei. É absolutamente arbitrário, não tem qualquer fundamento em termos fiscais ou em termos de outra questão, mas é um valor aceitável, é um limiar que foi definido pela proposta. Não vamos discuti-lo, apenas destaquei esse aspeto.

Um segundo aspeto que nos parece mais importante: é que fique claro que a nossa aprovação e o nosso apoio a esta proposta não pretendem branquear as fugas ao fisco e a evasão fiscal que muitas vezes acontece e que é um motivo que, ao fim e ao cabo, está subjacente à criação dessa proposta.

Nós consideramos que o combate à fraude fiscal continua a ser importante, continua a ser fundamental em todas as atividades e em todas as zonas do país.

Volto a repetir que o aprovar desta norma ou desta proposta que aqui está (desta proposta de lei para alteração ao código dos transportes que vigora a nível nacional) não configura da nossa parte qualquer tipo de sancionamento de fuga ao fisco e nem queremos, nem permitiremos, que seja interpretada dessa maneira.

Tem de ser interpretada como um ajuste para atividades que efetivamente têm diversos consumos próprios e que passam a estar todas elas abrangidas, não apenas a agrícola, apesar da preocupação ser com a agrícola sobretudo, mas não é essa a única que passa a ser abrangida por esta alínea j). Felizmente outras também caem neste âmbito e serão beneficiadas por esta alínea, caso isto venha a ser aprovado na Assembleia da República.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Duarte Moreira tem a palavra.

(*) **Deputado Duarte Moreira (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Dois pequenos esclarecimentos na sequência da intervenção do Deputado Nuno Melo Alves, que tem a ver exatamente com o valor dos 250 mil euros. Tem a ver principalmente com o setor agrícola, foi uma análise que foi efetuada e achámos o valor um valor tido como bom para se efetuar uma proposta, tendo em conta essa realidade.

Por outro lado, é óbvio que também nós não pretendemos de forma nenhuma branquear situações de fuga ao fisco ou de economia paralela. Está aqui tão-somente em causa a atividade económica das micro e das pequenas empresas, no nosso caso concreto, da Região, mas obviamente também de todo o país e também setores, como o setor agrícola que tem especificidades próprias, que dificilmente conseguiriam cumprir com aquilo que está previsto neste regime de bens em circulação.

Era só esse esclarecimento que queria prestar.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Penso não haver mais inscrições.

Vamos então passar à votação na generalidade da Anteproposta.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A Anteproposta de Lei foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Não tendo dado entrada na Mesa nenhuma proposta de alteração para os 2 artigos que compõem esta Anteproposta, coloco à vossa consideração a votação em conjunto dos mesmos. Não havendo oposição, votamos então os artigos 1.º e 2.º da Anteproposta.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Votação final global.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: Em votação final global, a Anteproposta de Lei foi aprovada por unanimidade.

(*) Texto não revisto pelo Orador.

A Redatora, Ana Sofia Machado